

Apresentação

Irene Rizzini⁽¹⁾

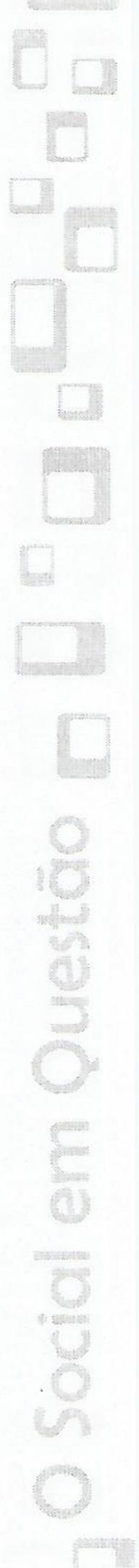
Sueli Bulhões da Silva⁽²⁾

Este número da revista *O Social em Questão*, intitulado "Infância: construções contemporâneas", está centrado em reflexões inspiradas nas importantes mudanças de paradigmas sobre a infância que vêm ocorrendo nas últimas décadas. A concepção de infância como uma fase da vida marcada pela passividade e pelo silêncio em relação ao mundo adulto é coisa do passado. As crianças são hoje vistas como cidadãs, "sujeitos de direitos" - atores sociais, que já ao nascer exercem influência sobre seu meio. A ratificação, praticamente universal, da Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e a subsequente revisão das leis e práticas sociais em todos os países produziram novas infâncias e, portanto, novas construções.

As repercussões destas mudanças têm provocado perplexidades, desconfortos e encantamentos pelas competências e vozes recém "descobertas" das crianças. Há críticas em relação às tentativas de universalizar as necessidades, os direitos e as formas de ser e de participar das crianças, desconsiderando-se as diversidades de infâncias existentes em diferentes culturas e as complexidades das relações estabelecidas com pessoas e instituições que fazem parte de seu mundo. O fato é que muitas destas questões são formulações

⁽¹⁾ Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em Serviço Social pela Universidade de Chicago, EUA e bacharel em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. É diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente da Rede Internacional de Pesquisa Childwatch, sediada na Noruega.

⁽²⁾ Assistente Social e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com doutorado em Serviço Social pela *Catholic University of Washington*. É professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e pesquisadora do Centro Pedagógico Pedro Arrupe.



recentes e ainda são pouco compreendidas.

Há hoje uma significativa literatura interdisciplinar no âmbito dos chamados estudos da infância (*Childhood Studies*). No entanto, há muito a aprofundar sobre o assunto no Brasil. Assim, os textos que compõem este número de *O Social em Questão* analisam, sob diferentes perspectivas, os impactos destas mudanças e seus desdobramentos sobre a população infantil e juvenil em âmbitos nacional e internacional.

O texto que abre a revista, "Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais", de autoria de Manuel Sarmento, da Universidade do Minho, Portugal, apresenta a reflexão do autor sobre os pressupostos que vêm orientando os novos estudos sociais da infância, bem como a contribuição marcante que a Sociologia da Infância tem oferecido para a definição deste campo de estudos. No artigo sumarizam-se os principais pontos de confluência, de ruptura e conflitualidade teórica, característicos do modo de produção científico das Ciências Sociais e que têm caracterizado as pesquisas voltadas para a constituição da infância como objeto científico autônomo.

Em seguida, o texto "Conceitos de infância, criança, agência. A construção de hospitais infantis na Inglaterra como estudo de caso", de Allison James, da Universidade de Sheffield, Inglaterra, explora a relação entre os conceitos de **infância**, **criança** e **agência** (*agency*¹), a partir de uma pesquisa conduzida em três hospitais infantis da Inglaterra, entre os anos de 2005-2007. Este estudo teve como objetivo explorar como a criança é percebida dentro de uma instituição específica e analisar as formas de participação e de agência das crianças e adolescentes neste contexto. Nas suas reflexões, além de se indagar quanto aos impactos dos conhecimentos produzidos por cientistas sociais no mundo da criança, a autora destaca que, no "novo paradigma" que orienta os estudos da infância, a perspectiva de infância deve ser vista como socialmente construída e que as crianças devem ser percebidas como atores sociais

¹ O conceito de **agência** refere-se à percepção da criança como um ator social autônomo e com visões de mundo distintas em relação aos adultos, mas que devem ser igualmente respeitadas e consideradas. JAMES, Allison & JAMES, Adrian. *Key concepts in Childhood Studies*. London: Sage Publications, 2008.

que podem contribuir para a sociedade e que efetivamente o fazem.

Numa linha de reflexão parecida, o professor Adrian James, também da Universidade de Sheffield e da Universidade de Bradford, ambas na Inglaterra, no texto "Mudanças de paradigmas... mudanças de práticas? O estudo de caso do Reino Unido", nos apresenta suas reflexões a respeito das implicações das novas construções sobre a infância, refletindo como esta é pensada em diferentes partes do mundo. Com base em estudos desenvolvidos na Inglaterra, o autor chama atenção para o fato de que embora exista um crescente reconhecimento das crianças como atores sociais, as práticas e políticas sociais ainda se mostram resistentes à mudança e reforça o papel das organizações não-governamentais na luta para que os direitos das crianças sejam respeitados.

No texto "Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro", Irene Rizzini, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretora do Ciespi², Mariana Menezes e Arianna Cisneros (Ciespi), analisam algumas contribuições recentes no campo de estudos internacionais sobre a infância. Um dos focos do texto refere-se ao reconhecimento da pluralidade e da diversidade de infâncias existentes e que vem gerando um impacto significativo no desenvolvimento de estudos, leis e políticas públicas para esta população. As autoras destacam que temas referentes ao direito à voz e livre expressão das crianças e adolescentes vêm sendo objeto de debate e análise em praticamente todos os países, tendo como base o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança (UNCRC). No entanto, a desconstrução da noção de desenvolvimento infantil e juvenil centrada em antigos paradigmas é complexa e ainda mais premente no que tange a concepção de agência, quando se trata de populações em contextos de vulnerabilidade e de múltiplas violações de direitos. Estes argumentos são ilustrados a partir da análise das vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro.

² Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio.

Ângela Nunes, investigadora associada do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Portugal e Maria Rosário de Carvalho, da Universidade Federal da Bahia, com o olhar voltado para a infância em diferentes sociedades indígenas no Brasil, reforçam, no texto "Infâncias em povos indígenas (Brasil): idade, gênero e construção da pessoa", a necessidade de maior visibilidade dessas crianças no processo de (re)produção cultural e social quer no âmbito científico, quer no contexto das decisões legais que afetam suas vidas. Com base em estudos etnológicos que focalizam "diferentes concepções de infância, modos específicos de construção da Pessoa e circulação de conhecimentos inerentes à sociabilidade e educação das crianças", as autoras apresentam uma diversidade de cenários da infância indígena no Brasil que ilustram vulnerabilidades e requerem atenção na apropriação acrítica de novas versões sobre o conhecimento da infância no mundo.

Ao socializar suas reflexões a respeito das construções teóricas que perpassam as pesquisas voltadas para o estudo da infância, das políticas públicas e formação de professores de educação infantil desenvolvidas pelo grupo de pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura do Departamento de Educação da PUC-Rio, a professora e pesquisadora Sonia Kramer, no texto "Infância e pesquisa: opções teóricas e interações com políticas e práticas", nos incita a refletir sobre as construções teóricas sobre a infância, seus desafios e tensões; apresenta as opções, práticas e dilemas do processo da pesquisa e discute a difícil e delicada interação entre resultados de pesquisa, políticas e práticas em particular em contextos de desigualdade e diversidade.

Por fim, o artigo de Jader Janer, da Universidade Federal Fluminense, "A criança e sua condição geográfica: contribuições da Geografia da Infância", analisa a ação das crianças nos espaços e sociedades em que se inserem, trazendo contribuições da Geografia da Infância para este campo de estudos, a partir de dois pressupostos essenciais: a espacialidade como uma dimensão significativa nos estudos que buscam compreender as crianças enquanto sujeitos protagonistas e, em segundo lugar, como nós, individual ou socialmente, concebemos as maneiras pelas quais a espacialidade interfere nas formas de ver e compreender as crianças e suas infâncias.

Duas resenhas encerram este número da revista. A primeira do livro de Lilia Ferreira Lobo, "Os infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil", por Aline Deus da Silva Leite, mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e a segunda do livro "Psicologia na prática jurídica: a criança em foco", organizado por Beatrice Marinho Paulo, elaborada por Antonio Carlos de Oliveira, professor de Departamento de Serviço da PUC-Rio e doutorando pelo mesmo Departamento.

Agradecemos as contribuições dos autores que compõem este número de *O Social em Questão* e esperamos que as reflexões aqui contidas sirvam de estímulo ao debate e às pesquisas voltadas para o desenvolvimento destas idéias e tendências atuais no campo da infância e da adolescência.

